



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª. Câmara de Julgamento

Resolução Nº 04/04

Sessão: 226ª Ordinária de 03 de Dezembro de 2003

Processo de Recurso Nº: 1/001161/2001

Auto de Infração Nº: 2001.01314-4

Recorrente: STM do Brasil Ltda.

Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância

Relatora: Vanda Ione de Siqueira Farias

EMENTA: ICMS – CRÉDITO INDEVIDO – A empresa é acusada de ter se creditado indevidamente de ICMS, por ocasião das entradas de mercadorias acobertadas por Nota Fiscal considerada inidônea por ter sido expedida por empresa, do Estado de Pernambuco, cuja inscrição encontrava-se desabilitada. Auto de infração IMPROCEDENTE em razão da aposição do Selo Fiscal de Trânsito pela SEFAZ-CE na nota fiscal em tela certificando que a mercadoria realmente ingressou no Estado. Recurso Voluntário conhecido e provido. Decisão unânime, em sintonia com o *Parecer* do Procurador do Estado, alterado em sessão e presente aos autos.

RELATÓRIO

Do *Auto de Infração*, lavrado no presente processo verifica-se que o agente do Fisco acusa a empresa em epígrafe de ter se creditado indevidamente de ICMS por ocasião da entrada de mercadorias acobertadas por nota fiscal inidônea em junho de 1999.

O autuante aponta como dispositivos legais infringidos. E sugere a penalidade contida no artigo 878, inciso II, “a” do Decreto nº 24.569/97.

C

Nas Informações Complementares ao Auto de Infração o agente fiscal ratifica a acusação constante na inicial.

Concluído e totalmente formalizado o procedimento, restou por mecanismo de defesa oferecimento de peça impugnatória.

O julgamento exarado em 1ª Instância, decidiu pela *procedência* da ação fiscal.

Inconformada com a decisão singular, a autuada interpôs recurso a este colendo Conselho de Recursos Tributários renovando os argumentos expedidos em sua primeira defesa.

A Consultoria Tributária do Contencioso Administrativo Tributário em Parecer, a princípio, referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado, sugere o conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para que seja confirmada a decisão exarada em 1ª Instância. Posteriormente, em sessão, o representante do sujeito ativo da relação tributária – o Procurador do Estado – por manifestação oral reduzida a termo, nos autos, modificou o entendimento anteriormente aprovado, ensejando a extinção do processo, conforme despacho às folhas 89 verso dos autos.

É o relatório.

VISF

VOTO DA RELATORA

Apontada na peça inicial a acusação de crédito indevido. O representante do Fisco imputa ao contribuinte de ter se creditado indevidamente do ICMS na compra de mercadorias acobertadas por nota fiscal emitida por empresa baixada do Cadastro Geral da Fazenda do Estado de Pernambuco.

Analisando os autos constatamos que merece reparo a decisão exarada pelo julgador monocrático.

Embora a empresa emitente encontrar-se baixada de ofício o crédito proveniente da nota fiscal ora em discussão tornou-se legítimo em decorrência da aposição do Selo Fiscal de Trânsito pela SEFAZ – CE, conforme fls. 14 verso dos autos. Pois a aposição do referido Selo na nota fiscal certifica que realmente a mercadoria entrou no território cearense. Ademais, a referida nota fiscal encontra-se devidamente escriturada no Livro Registro de Entradas da empresa autuada como se pode observar às fls. 20 dos autos.

VOTO

Por tais considerações voto no sentido de conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, com o fim de reformar a decisão condenatória exarada pelo julgador singular, declarando a *Improcedência* do feito fiscal acompanhando o entendimento da Douta Procuradoria Geral do Estado, modificado em sessão e presente aos autos.

É como voto.



VISF

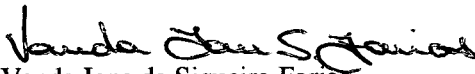
DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente STM DO BRASIL LTDA. e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão – *procedência* – exarada na instância monocrática, julgando *Improcedente* a presente ação fiscal, nos termos do voto da conselheira relatora e Parecer da d. Procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão e presente aos autos. Ausente à sessão a conselheira Antônia Torquato de Oliveira Mourão.


SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 19 de janeiro de 2004.


Verônica Gondim Bernardo
PRESIDENTA


Vanda Ione de Siqueira Farias
CONSELHEIRA RELATORA

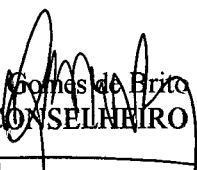
Cristiano Marcelo Peres
CONSELHEIRO

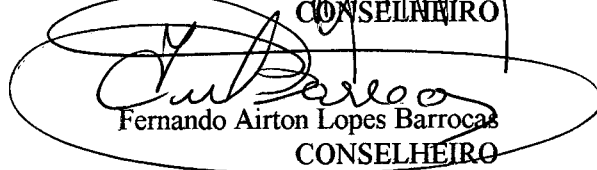

Fernando Cezar Caminha Aguiar Ximenes
CONSELHEIRO


Antônia Torquato de Oliveira Mourão
CONSELHEIRA

PRESENTES:

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO


Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO


Fernando Airton Lopes Barrocas
CONSELHEIRO


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO

Luiz Carvalho Filho
CONSELHEIRO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO